

fundação
padre Félix

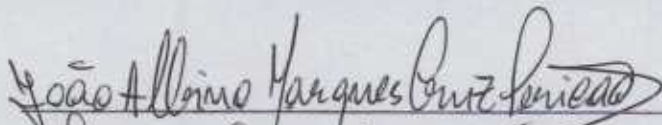
**CONTAS DO EXERCÍCIO
DO
ANO DE 2018**

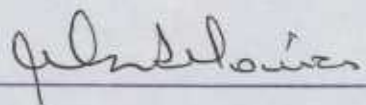
FUNDAÇÃO PADRE FELIX
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 502255897

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		0,00	25,00
Subsídios, doações e legados à exploração		65.115,37	41.642,55
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		22.154,28	3.252,90
Fornecimentos e serviços externos		23.806,83	24.272,35
Gastos com o pessoal		26.444,69	23.746,43
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		1.586,10	6.191,88
Outros rendimentos		14.550,95	16.703,45
Outros gastos		1.433,51	140,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4.240,91	767,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		10.281,22	11.178,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-6.040,31	-10.410,81
Juros e rendimentos similares obtidos		1.721,85	10.738,50
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-4.318,46	327,75
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-4.318,46	327,75


 Luísa Maria Pereira Felício
 Luísa Maria Pereira Felício
 António Costa de Almeida Santos
 Isabel Alves Castilho Dey



O.C. 21300

FUNDAÇÃO PADRE FELIX
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 502255897
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		316 423,96	325 000,91
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		308 634,98	280 221,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		625 058,94	605 221,99
Ativo corrente			
Inventários		6 373,42	6 689,01
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		265,09	74,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		102,81	239,46
Outros ativos correntes		1 086,96	1 604,36
Caixa e depósitos bancários		21 823,58	37 774,38
		29 651,86	46 381,54
Total do ativo		654 710,80	651 603,53
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		206 818,78	206 818,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		137 373,48	137 045,73
Resultados transitados		51 264,12	51 264,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		289 745,52	231 904,88
		655 201,90	647 033,51
Resultado líquido do período		-4 318,46	327,75
Total dos fundos patrimoniais		650 883,44	647 361,26
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		493,65	956,34
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		3 333,71	3 285,93
		3 827,36	4 242,27
Total do passivo		3 827,36	4 242,27
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		654 710,80	651 603,53

João Allino Marques *Direção*
 Lúcia Maria Pereira Felício
 Judite da Costa Morgado
 António Costa de Almeida Santos
 Isabel Alves Costa Moraes

Responsável
 E. C. 21300

FUNDAÇÃO PADRE FELIX

Anexo

31 de Dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis	13
7	Locações.....	Erro! Marcador não definido.
8	Custos de Empréstimos Obtidos	Erro! Marcador não definido.
9	Inventários	13
10	Rédito	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	14
14	Imposto sobre o Rendimento	15
15	Benefícios dos empregados	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
17	Outras Informações.....	15
17.1	Investimentos Financeiros	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
17.3	Clientes e Utentes	16
17.4	Outras contas a receber	16
17.5	Diferimentos	17
17.6	Outros Ativos Financeiros	17
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	17
17.8	Fundos Patrimoniais.....	17
17.9	Fornecedores	17
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	17
17.11	Outras Contas a Pagar.....	18
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	18
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	18

17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	19
17.15 Outros rendimentos.....	19
17.16 Outros gastos	19
17.17 Resultados Financeiros.....	19
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	20

[Handwritten signatures and initials]

1 Identificação da Entidade

A "FUNDAÇÃO PADRE FÉLIX" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação com estatutos aprovados pelo Bispo da Diocese de Aveiro., com sede na rua do Barro, nº 24 em São Bernardo, Aveiro.

A Missão da Fundação Padre Félix é **Ajudar a Vencer!** Para concretizar este lema, esta instituição disponibiliza um serviço de Atendimento/Acompanhamento Social às famílias em situação de risco social, residentes na freguesia de S. Bernardo, tendo em conta:

- a satisfação das necessidades nas seguintes áreas: alimentação, higiene, saúde, organização da vida quotidiana, habitação, educação, formação e cultura;
- o acesso a recursos e serviços que permitam uma progressiva inserção laboral, social e comunitária, respeitando a diferença e a dignidade da vida humana.

A Fundação Padre Félix é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, criada por iniciativa da Comunidade de São Bernardo e por decreto do Senhor Bispo de Aveiro, a 7 de Abril de 1989, comemorando, assim, os 25 anos de atividade pastoral do Sr. Padre José Félix de Almeida, na freguesia de São Bernardo.

O Gabinete de Ação Social da Fundação Padre Félix, criado através do Acordo de Cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, na área de intervenção sociocomunitária, prossegue, através da valência de **Atendimento/Acompanhamento Social**, os objetivos de intervenção social junto das famílias em situação de vulnerabilidade social. O desenho do projeto de vida de cada pessoa/família é baseado numa relação de reciprocidade e compromisso entre técnico e utente, impulsionado pelo trabalho de articulação e de geração de redes de suporte social, compostas por diferentes serviços, entidades e pessoas de referência, essenciais à intervenção. Este projeto, composto por ações objetivas e estratégicas, visa a concretização de condições que facilitem a inserção social e a resolução dos problemas que bloqueiam este processo.

A abertura desta instituição para o exterior é o reflexo do espírito de coesão da equipa diretiva e é a continuação da prática de uma comunicação aberta. A existência de uma boa articulação quotidiana com as demais entidades e a comunidade é o elemento essencial para o sucesso da nossa intervenção social, junto das famílias da freguesia de S. Bernardo e do concelho de Aveiro. A Fundação Padre Félix, através da publicação anual do Boletim "Ajudar a Vencer", informa a comunidade sobre as atividades mais significativas, desenvolvidas ao longo do ano, e apresenta o Relatório de Contas e o Plano de Ação previsto para o ano seguinte.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este

pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados, para melhor compreensão

- a) A retribuição total paga ou recebida;
 - b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
 - c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as
- Estão evidenciadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

quais o controlo é obtido ou perdido;

3.2.2 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5 anos 5 ou 6 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	!

[Handwritten signatures and initials]

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O equipamento com valor inferior a 500,00€ é amortizado no primeiro ano de utilização.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

(não aplicável)

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

(não aplicável)

3.2.7 Inventários

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados. Estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Doadores

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de doadores estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados;
- valor transferido no âmbito do nº 3 do Artigo 7º dos Estatutos.

3.2.10 Provisões

(não aplicável)

3.2.11 Financiamentos Obtidos

(não aplicável)

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

(não aplicável)

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75 000,00					75 000,00
Edifícios e outras construções	231 820,01	134 835,00				366 655,01
Equipamento básico	5 502,13	1 020,67	1 160,00			5 362,80
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	5 701,24					5 701,24
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	327 189,33	141 218,47	1 160,00	0,00	0,00	461 885,00
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	107 032,26	10 023,58				117 055,84
Equipamento básico	5 129,78	1 010,67	1 160,00			4 990,45
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico	0,00					5 671,85
Equipamento administrativo	5 537,85	134,00				5 671,85

Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	126 865,84	11 178,25	1 160,00	0,00	0,00	136 884,09

Descrição	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Terrenos e recursos naturais	75 000,00			0,00
Edifícios e outras construções	366 665,01		117 055,84	249 579,17
Equipamento básico	5 362,80		4 990,45	372,35
Equipamento de transporte	9 165,95		9 165,99	0,00
Equipamento biológico	0,00			0,00
Equipamento administrativo	5 701,24		5 671,85	29,39
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00			0,00
Total	461 865,00	0,00	136 884,09	324 980,91

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	75 000,00					75 000,00
Edifícios e outras construções	366 655,01					366 655,01
Equipamento básico	5 362,80	941,72				6 237,48
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	5 701,24	762,55				6 463,79
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	461 885,00	1 704,27	0,00	0,00	0,00	463 589,27
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	117 055,84	9 052,99				126 108,83
Equipamento básico	4 990,45	941,72				5 865,13
Equipamento de transporte	9 165,95					9 165,95
Equipamento biológico	5 671,85					5 671,85
Equipamento administrativo	5 671,85	286,51				0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00					0,00
Total	136 884,09	10 281,22	0,00	0,00	0,00	147 165,31

Descrição	2018		
	Saldo inicial	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	75 000,00	0,00	75 000,00
Edifícios e outras construções	366 655,01	126 108,83	240 546,18
Equipamento básico	6304,52	5 932,17	372,35
Equipamento de transporte	9165,95	9 165,95	0,00
Equipamento biológico			
Equipamento administrativo	6463,79	5 958,36	505,48
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00
Total	463 589,27	147 165,31	316 423,96

Propriedades de Investimento

Durante o ano de 2018 não foram registados movimentos no que concerne às "Propriedades de Investimento".

A instituição adquiriu a 12 de Janeiro de 2017 duas frações de um prédio, fração autónoma designada pelas letras AD, no corpo 3, com garagem, pelo valor de patrimonial 63 349,75€ e fração autónoma designada pelas letras AL, com garagem, pelo valor patrimonial de 63 225,25€, situadas em Montes de Azurva, Parcela "A", freguesia de Eixo e Eirol, concelho de Aveiro. As depreciações deste imobilizado estão registadas no quadro geral das alterações do Imobilizado Corpóreo.

A instituição é detentora de 37 320 ações do Millenium BCP.

Durante o ano de 2018 não houve aquisição nem venda de ações.

A 31-12-2018 o seu valor em bolsa era de : 37320 ações a 0.2295€ que totalizava 8 564.94 €.

As menos valias apuradas na venda das ações foram registadas como "Perdas por redução de justo valor" pelo valor de 1 586,10€.

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do Justo Valor	Saldo Final
37320 ações	10 151.40				1 586.10	8 564,94
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

(não aplicável)

Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	5 805.42	0.00	4 136.77	6 689,01	0,00	21 838,69	6 373,42
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e Intermedios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	5805.42	0	4 136.77	6 689,01	0,00	0,00	6 373,42

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			3 252,90			22 154,28
Variações nos inventários da produção			0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	25,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	0,00	0,00
Quotas e joias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	1 721,85	10 738,56
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	1 721,85	10 763,56

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

(não aplicável)

Passivos contingentes

(não aplicável)

Ativos contingentes

(não aplicável)

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Durante o ano de 2018 a Entidade não recebeu subsídios para investimentos. De acordo com o Acordo de Cooperação recebeu do Centro Distrital de Segurança Social o valor que está registado no quadro seguinte, assim como o montante atribuído pela autarquia através de candidatura efetuada no ano de 2018.

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
Subsídios recebidos do Centro Distrital de S. Social	34 899,66	32 555,28
Subsídio da Câmara Municipal de Aveiro	4 000,00	3 000,00
Total	38 899.66	35 5552.28

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

(não aplicável)

14 Imposto sobre o Rendimento

(não aplicável)

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos mantiveram -se durante o exercício no ano de 2018.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações

A instituição tem uma única funcionária.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	22 101,42	19 056,48
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	3 802,88	4 036,33
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	243,66	174,29
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	296,73	479,33
Total	26 444,69	23 746,43

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00

Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	308 634,98	280 221,08
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	308 634,98	280 221,08

Os investimentos financeiros estão registados nas seguintes entidades

Descrição	2018	2017
FRSS	70,04	70,04
BPI	50 000,00	
Novo Banco	100 000,00	100 000,00
Montepio Geral	200 000,00	170 000,00
Aplicações Financeiras BCP	8 564,94	10 151,04
Total	308 634,98	280 221,08

17.2 Doadores

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	42 710,47	34 869,83
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	42 710,47	34 869,83
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	42 710,47	34 869,68
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	386,66	525,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	700,00	1 079,40
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1 086,66	1 604,40

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
	102.81	239.45
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	102.81	239.45

17.6 Outros Ativos Financeiros

(não aplicável)

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	602.13	1 174.10
Depósitos à ordem	21 221,45	36 600,28
Depósitos a prazo	0.00	0,00
Outros		
Total	21 823,58	37 774.38

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	206 818,78	0,00	0,00	206 818,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	137 045,73	327,75	0,00	137 373,48
Resultados transitados	51 264,12	0,00	0,00	51 264,12
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	251 904,88	7 840,64	0,00	259 745,52
Total	647 033,51	8 168,39	0,00	655 201,90

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	0,00	0,00
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	265,09	74,33
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	265,09	74,33
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	144,15	435,64
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	144,15	435,64

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		3 232.82		3161.02
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		100.89		89.01
Outros credores				
Total	0,00	3 333.71		3 250.03

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	41 246,85	35 555,28
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	41 246,85	35 555,28

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	5 995,87	6 319,82
Materiais	1 489,13	618,26
Energia e fluidos	1 390,54	1 337,68
Deslocações, estadas e transportes	31,80	53,45
Serviços diversos	2 090,36	2 326,52
Encargos com utentes	12 854,55	13 616,62
Total	10 997,70	10 655,73

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	1 381,44
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	500,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	11 100,00	10 720,00
Outros rendimentos	3 450,95	4 102,01
Total	14 550,95	16 703,45

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1 076,40	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	357,11	140,00
Total	1 433,51	140,00

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1 721,85	10 738,56
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	1 721,85	10 738,56
Resultados Financeiros	1 721,85	10 738,56

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

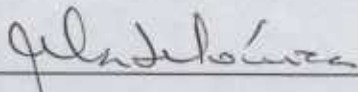
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

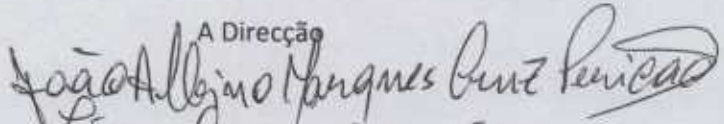
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho Geral a 26-03-2019.

SÃO BERNARDO , 31 de dezembro de 2018

O Técnico Oficial de Contas


c.c. 21300

A Direcção


Lúcia Pereira Pereira Elcio
Aurélien Carvalho Graço
António Casaco de Almeida Gomes
Isabel Alves Castilho Day